

## **Circular n.º 18/2009**

*22 de Setembro de 2009*

### **Assunto: Nova Regulamentação do Regime de Reparação de Acidentes de Trabalho e de Doenças Profissionais.**

Caro Associado,

Foi publicada em Diário da República, n.º 172, a Lei n.º 98/2009, de 4 de Setembro, que regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, incluindo a reabilitação e reintegração profissionais, nos termos do artigo 284º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro.

Em síntese, realçamos os seguintes aspectos deste diploma, sem prejuízo da leitura integral do mesmo:

- O regime previsto abrange o trabalhador por conta de outrem de qualquer actividade, seja ou não explorada com fins lucrativos;
- O trabalhador estrangeiro que exerça actividade em Portugal é equiparado ao trabalhador português para efeitos desta lei;
- Considera-se acidente de trabalho aquele que se verifique no local e no tempo de trabalho e produza directa ou indirectamente lesão corporal, perturbação funcional ou doença de que resulte redução na capacidade de trabalho ou de ganho ou a morte, sendo que no artº. 9º. este conceito é estendido a outras situações, como por exemplo, ao trajecto de ida para o local de trabalho ou de regresso deste;
- É nula qualquer convenção contrária aos direitos ou garantias conferidos neste diploma ou com eles incompatível ou a sua renúncia;
- No artº. 14º. prevêem-se várias situações de descaracterização do acidente como acidente de trabalho e no artº. 18º. casos de agravamento da responsabilidade;



- A natureza, determinação e graduação da incapacidade está prevista nos artºs. 19º. e segs. e a reparação nos artºs. 23º. a segs.;
- O dever de participação do acidente de trabalho, incluindo os respectivos prazos e a forma de comunicação, está regulado quanto sinistrado e beneficiários legais no artº. 86º. e quanto ao empregador com responsabilidade transferida ou sem responsabilidade transferida respectivamente nos artºs. 87º. e 88º.;
- Relativamente às doenças profissionais, este diploma manda aplicar, com as devidas adaptações, as normas relativas aos acidentes de trabalho e, subsidiariamente, o regime geral da segurança social, sem prejuízo do disposto no Capítulo III sobre esta matéria;
- O IV regula o regime da reabilitação e reintegração profissional;
- Finalmente, o Capítulo V versa sobre a responsabilidade contra-ordenacional aplicável às infracções decorrentes da violação dos artigos da presente lei.

O presente diploma entra em vigor no dia 1 de Janeiro de 2010, sendo revogada a Lei n.º 100/97, de 13 de Setembro, o Decreto-Lei n.º 143/99, de 30 de Abril e o Decreto-Lei n.º 248/99, de 2 de Julho.

Com os melhores cumprimentos,

Departamento Jurídico